



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638393 - RS (2021/0000717-2)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : ROBESPIERRE FERRAZZA TRINDADE E OUTROS
ADVOGADOS : ROBESPIERRE FERRAZZA TRINDADE - RS037748
ROWANA CAMARGO - RS083603
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GUILHERME KARPINSKI BONELLA (PRESO)
CORRÉU : RAFAEL CHAGAS
CORRÉU : DOUGLAS HENRIQUE CAMPOS
CORRÉU : ADRIELI PRISCILA BRITO DE REZENDE
CORRÉU : GUSTAVO HENRIQUE CAVAGNI LEMES
CORRÉU : JESSE FELIPE DA SILVA
CORRÉU : OSEIAS MAX DA SILVA
CORRÉU : VINICIUS CARDOSO
CORRÉU : JEFERSON RAASCH
CORRÉU : RAFAELLA KARPINSKI BONELLA
CORRÉU : HENRIQUE MORETTE
CORRÉU : EDIVAN ANDRE MANICA
CORRÉU : WILLIAN DA SILVA SCHEFFER
CORRÉU : ELEATAN DIAS DE ARRUDA
CORRÉU : LEANDRA INES DE MATOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUILHERME KARPINSKI BONELLA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (*HABEAS CORPUS* CRIMINAL N. 0124027-50.2020.8.21.7000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 40, incisos IV e V, da Lei n. 11.343/2006; art. 2º, c/c os §§2º e 4º, inciso I, da Lei n. 12.850/2003; art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003; e art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, todos na forma do art. 69 do CP.

A parte impetrante sustenta que não há nos autos indícios ligando o ora

paciente às práticas criminosas em questão. Afirma que ele é usuário de drogas, dependente químico e precisa de internação em clínica especializada, pois no presídio não vai obter o cuidado que necessita. Refere que não está presente o *periculum libertatis* no caso, pois, além de o crime não envolver violência ou grave ameaça, o paciente é pessoa idônea com endereço fixo, trabalho lícito e família.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva e sua substituição por medidas cautelares do art. 319 do CP, em especial a de internação hospitalar para tratamento de dependência química. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, uma vez que devidamente fundamentada a decisão proferida pelo tribunal de origem, baseando-se nos elementos existentes nos autos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente